



Prova Escrita objetiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA PROGRAMADOR

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costume dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

2

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

3

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

4

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

5



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright do autor

A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser expresso na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

6

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

7

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

8

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

9

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

10

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

13

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

14

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

15

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

16

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

17

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

18

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

19

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

20

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

21

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

Conhecimentos Específicos

22

Numa palavra de 16 bits, a representação binária complemento para dois do número -40 é:

- (A) 000000000101000
- (B) 100000000101000
- (C) 111111111010111
- (D) 111111111011000
- (E) 00000000010111

23

Analise o trecho de código C# mostrado a seguir.

```
bool x = true;
int m = -1;
for (int a = 1; x; a++)
{
    m++;
    if (m % 10 == 0)
    { x = false;
    }
}
```

O número de execuções do trecho de repetição do comando for é:

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 9
- (D) 10
- (E) 11

24

Para que um programa C# do tipo “Windows Forms Application” receba um ou mais parâmetros da linha de comando, a assinatura do método Main pode ser especificada como:

- (A) `static int Main(args[])`
- (B) `Main(string[0] args)`
- (C) `static int Main(string[] args)`
- (D) `static int Main(string[])`
- (E) `static Main(string() args)`

25

Programas escritos em C# operam na presença do .NET framework, que é uma tecnologia cujos elementos fundamentais são:

- (A) um interpretador universal e um conjunto de WEB services;
- (B) um conjunto unificado de tipos de dados e um conjunto de WEB services;
- (C) um interpretador universal e um conjunto unificado de tipos de dados;
- (D) um ambiente comum de runtime e um ambiente comum de desenvolvimento;
- (E) um ambiente comum de *runtime* e uma biblioteca de classes.

26

Num algoritmo de busca binária sobre um array linear de N elementos, com chaves ordenadas, o número máximo de iterações para localizar uma determinada chave é:

- (A) N^2
- (B) $\log_2 N$
- (C) $\log_2 N^2$
- (D) $2N$
- (E) $N/2$

27

Considere um projeto de bancos de dados relacional onde as seguintes dependências funcionais se verificam.

- C1 → C2
C1 → C3
C3 → C4

Uma tabela T de atributos C1, C2, C3, C4, na qual C1 é um identificador, verifica a terceira forma normal somente se:

- (A) C1 e C2 forem definidos como identificadores para T;
(B) C4 determinar C3;
(C) C3 determinar C1;
(D) C1 e C3 forem definidos como identificadores para T;
(E) C3 for definido como o único identificador para T.

28

Índices baseados em árvores B são amplamente utilizados nas implementações de bancos de dados. Uma das razões é que o tempo de busca é teoricamente constante para todos os registros. Isso ocorre porque:

- (A) todos os nós possuem um número constante de chaves indexadas;
(B) nenhum dos nós pode ter menos de duas chaves indexadas;
(C) nenhum dos nós pode ter mais de duas chaves indexadas;
(D) todos os nós “folha” estão separados do nó raiz da árvore pelo mesmo número de níveis intermediários;
(E) árvores B podem, em casos particulares, funcionar como árvores binárias não balanceadas.

29

Observe a instância de uma tabela relacional R, mostrada a seguir.

A1	A2	A3
2	3	4
5	6	3
4	6	3
8	9	5
6	4	3

A dependência funcional que certamente NÃO pode ser apreendida dessa instância é:

- (A) A1 → A2
(B) A1,A2 → A2
(C) A2 → A3
(D) A1 → A3
(E) A3 → A2

30

Analise o comando SQL a seguir.

```
select max(A1) X, count(*) Y, sum(A1) Z
from T
```

Executado quando a instância da tabela T estiver vazia (com zero registros), esse comando produz como resultado:

(A)

X	Y	Z
NULL	0	NULL

(B)

X	Y	Z
NULL	NULL	NULL

(C)

X	Y	Z
0	0	0

(D)

X	Y	Z
0	NULL	0

(E)

X	Y	Z
NULL	NULL	0

31

Considere a classe Pessoa definida num programa C#.

```
class Pessoa
{
    private string nome = "---";

    // Declara a propriedade nome
    public string nome
    {
        get
        {
            return nome;
        }
        . . .
    }
}
```

A maneira correta para expor a propriedade *nome* para escrita é:

- (A) set (string value)
- ```
{
 nome = value;
}
```
- (B) set (string value)
- ```
{
    nome = &value;
}
```
- (C) set
- ```
{
 nome = value;
}
```
- (D) set (string x)
- ```
{
    nome = x;
}
```
- (E) set (byref string value)
- ```
{
 nome = &value;
}
```

**32**

Com referência ao MySQL 5.0, o comando que será corretamente executado é:

- (A) CREATE TABLE teste (  
 artigo INT(4) UNSIGNED ZEROFILL NOT NULL,  
 vendedor CHAR(20) NOT NULL,  
 preco DOUBLE(16,2) NOT NULL,  
 PRIMARY KEY(artigo, vendedor));  
 INSERT INTO teste VALUES  
 (1, 'A', 3.45), (1, 'B', 3.99), (1, 'A', 10.99),  
 (3, 'B', 1.45), (3, 'C', 1.69), (3, 'D', 1.25);
- (B) CREATE TABLE teste (  
 artigo INT(4) UNSIGNED ZEROFILL NOT NULL,  
 vendedor CHAR(20) NOT NULL,  
 preco DOUBLE(16,2) NOT NULL,  
 PRIMARY KEY(artigo, vendedor));  
 INSERT INTO teste VALUES  
 (1, 'A', 3.45), (1, 'B', 3.99), (2, 'A', 10.99),  
 (3, 'B', 1.45), (3, 'C', 1.69), (3, 'D', 1.25);
- (C) CREATE TABLE teste (  
 artigo INT(4) UNSIGNED ZEROFILL NOT NULL,  
 vendedor CHAR(20) NOT NULL,  
 preco DOUBLE(16,2) NOT NULL,  
 PRIMARY KEY(artigo, vendedor));  
 INSERT (1, 'A', 3.45), (1, 'B', 3.99), (2, 'A', 10.99),  
 (3, 'B', 1.45), (3, 'C', 1.69), (3, 'D', 1.25);
- (D) CREATE TABLE teste (  
 artigo INT(4) UNSIGNED ZEROFILL NOT NULL,  
 vendedor CHAR(20) NOT NULL,  
 preco DOUBLE(16,2) NOT NULL,  
 PRIMARY KEY(artigo, vendedor));  
 INSERT VALUES  
 (1, 'A', 3.45), (1, 'B', 3.99), (1, 'A', 10.99),  
 (3, 'B', 1.45), (3, 'C', 1.69), (3, 'D', 1.25);
- (E) CREATE TABLE teste (  
 artigo INT(4) UNSIGNED ZEROFILL NOT NULL,  
 vendedor CHAR(20) NOT NULL,  
 preco DOUBLE(16,2) NOT NULL,  
 PRIMARY KEY(artigo, vendedor),  
 VALUES  
 (1, 'A', 3.45), (1, 'B', 3.99), (2, 'A', 10.99),  
 (3, 'B', 1.45), (3, 'C', 1.69), (3, 'D', 1.25));

**33**

No MySQL 5.0, o comando que mostra os atributos de T, com suas principais propriedades, é:

- (A) show T  
 (B) describe T  
 (C) design T  
 (D) print T  
 (E) struct T

**34**

No contexto do SQL Server 2008, considere que num comando de criação de uma tabela T, para um banco de dados BD, haja uma coluna X com a seguinte definição:

```
X int identity (1,1)
```

Isso garante que a coluna X:

- (A) não admita valores repetidos;
- (B) contenha apenas valores únicos, que não ocorram em nenhuma outra coluna de T ou de qualquer outra tabela de BD;
- (C) contenha sempre um *timestamp* de criação/alteração do registro correspondente;
- (D) possa ser usada para autonumeração de valores;
- (E) seja automaticamente tratada como *primary key*.

**35**

Analise o comando SQL a seguir.

```
select a, count(*) x from R2
where exists
 (select * from R2 rr
 where rr.b > r2.a)
group by a
```

Sabe-se que a instância de R2 contém os valores mostrados a seguir.

| a  | b |
|----|---|
| 2  | 5 |
| 5  | 3 |
| 7  | 1 |
| 9  | 0 |
| 10 | 0 |

O resultado da execução do referido comando contém as linhas:

- (A) 5,3  
7,1  
9,0  
10,0
- (B) 7,0  
9,0  
10,0
- (C) 10,5
- (D) 2,1
- (E) 5,1  
7,1  
9,1  
10,1

**36**

Domínios, grupos de trabalho e grupos base representam diferentes métodos de organizar computadores nas redes. Em relação a domínios, grupos de trabalho e grupos base no Windows 7, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em um grupo de trabalho, computadores podem estar em redes locais diferentes.
- II. O usuário que possuir uma conta de usuário no domínio, poderá fazer logon em qualquer computador do domínio sem precisar ter uma conta nele.
- III. Um grupo base não fica protegido por senha.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

**37**

O prompt de comando é um recurso do Windows por meio do qual podem ser executadas tarefas no computador sem o uso da interface gráfica. Relacione cada um dos comandos presentes no Windows 7 com as características apresentadas a seguir.

1. systeminfo
2. ipconfig
3. sfc
4. fc

- ( ) Exibe todos os valores de configuração de rede TCP / IP atuais.
- ( ) Examina e verifica a integridade de todos os arquivos protegidos do sistema e substitui versões incorretas pelas versões corretas.
- ( ) Compara dois arquivos ou conjuntos de arquivos e exibe as diferenças entre eles.
- ( ) Exibe informações detalhadas sobre a configuração de um computador e seu sistema operacional, incluindo informações de segurança e propriedades de hardware.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- (A) 2, 3, 4 e 1;
- (B) 2, 3, 1 e 4;
- (C) 2, 1, 3 e 4;
- (D) 3, 2, 4 e 1;
- (E) 3, 2, 1 e 4.

**38**

Uma metodologia de desenvolvimento de software é um conjunto estruturado de práticas que auxiliam o processo de produção de software. Em geral, a adoção de uma metodologia é significativamente melhor do que uma abordagem casual de desenvolvimento de software. Em relação a metodologias de desenvolvimento de software, analise as afirmativas a seguir:

I - O Scrum é uma metodologia de desenvolvimento ágil que emprega uma abordagem iterativa e incremental para aperfeiçoar a previsibilidade e o controle de riscos.

II - A programação em dupla num único computador é uma característica da metodologia RUP (Rational Unified Process) como uma forma de evitar e diminuir a possibilidade de defeitos.

III - Metodologias ágeis tentam minimizar o risco por meio do desenvolvimento do software em longos períodos, evitando que funcionalidades do software sejam entregues frequentemente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

**39**

O Processo Unificado de desenvolvimento de software representa um conjunto de atividades necessárias para transformar requisitos do usuário em um sistema de software.

A fase do Processo Unificado destinada a endereçar os fatores de riscos conhecidos, e estabelecer e validar a arquitetura do software é a:

- (A) Concepção;
- (B) Elaboração;
- (C) Construção;
- (D) Transição;
- (E) Produção.

**40**

As medições e as métricas ajudam a entender tanto o processo usado para desenvolver um projeto de software como o próprio software. O processo é medido a fim de melhorá-lo, ao passo que o software é medido com o objetivo de aumentar sua qualidade.

Na engenharia de software são exemplos de medidas diretas do processo:

- (A) linhas de código produzidas e velocidade de execução do software;
- (B) complexidade e confiabilidade do software;
- (C) quantidade de funcionalidades e defeitos do software registrados ao longo de certo espaço de tempo;
- (D) custo e esforço exigido para construção do software;
- (E) manutenibilidade e qualidade do software.

**41**

O Manifesto Ágil é uma declaração que reúne os princípios e práticas que fundamentam o desenvolvimento ágil de software. É um dos princípios desse manifesto:

- (A) defeitos no software são a medida primária de progresso;
- (B) pessoas de negócio e desenvolvedores devem trabalhar isoladamente e se reunir somente ao final de cada iteração para validação do software;
- (C) atenção contínua à excelência técnica deve ser evitada para não afetar a agilidade uma vez que simplicidade é essencial;
- (D) os patrocinadores, desenvolvedores e usuários devem ser capazes de manter um ritmo constante indefinidamente evitando interrupções e intervalos regulares;
- (E) as melhores arquiteturas, requisitos e designs emergem de equipes auto-organizáveis.

**42**

A topologia de uma rede local de computadores determina a forma pela qual as diversas estações estarão interconectadas.

Em relação às topologias de redes locais, analise as afirmativas a seguir:

I - Em uma topologia em anel todos os nós (ou estações) são ligados a um nó central através do qual todos os dados passam.

II - Uma rede organizada em estrela é configurada por uma série de estações ligadas em série, formando uma malha fechada.

III - Na topologia em barramento, quando um computador estiver a transmitir um sinal, toda a rede fica ocupada; se outro computador tentar enviar outro sinal ao mesmo tempo, ocorre uma colisão e é preciso reiniciar a transmissão.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

**43**

O SMTP (Simple Mail Transfer Protocol) é um dos serviços prestados pela camada de aplicação da Arquitetura Internet e costuma estar presente em qualquer implementação TCP/IP. Em relação ao conjunto de comandos do protocolo SMTP, considere V para a(s) afirmativa(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

( ) As funções de abertura e fechamento de um canal de transmissão são realizadas por meio dos comandos HELO e QUIT.

( ) A transação para transmissão de mensagens é iniciada com o comando MAIL e o argumento deste comando corresponde à rota de retorno que pode ser usada para notificar ao originador quando ocorre um erro com o roteamento da mensagem.

( ) A lista dos destinatários da mensagem a ser transmitida é especificada como argumento do comando RCPT.

A sequência correta é:

- (A) F – V – F;
- (B) F – V – V;
- (C) V – F – F;
- (D) V – V – F;
- (E) F – F – V.

**44**

A possibilidade de executar múltiplos sistemas operacionais simultaneamente em um computador, aproveitando completamente a capacidade de processamento e memória disponíveis, é um dos principais atrativos da virtualização de sistemas. A condição necessária para virtualização de mais de um sistema operacional (SO) convidado (guest) diferente sobre um mesmo sistema hospedeiro (host), sem perdas significativas de desempenho em relação à execução não virtualizada é:

- (A) SOs convidados devem ser do mesmo fabricante do SO hospedeiro;
- (B) SO hospedeiro deve implementar uma interface de paravirtualização;
- (C) CPU do hospedeiro deve ser compatível com instruções SSE2 ou superior;
- (D) SOs convidados devem usar menor quantidade de memória que a usada pelo SO hospedeiro;
- (E) CPU do hospedeiro deve ser compatível com arquitetura dos SOs convidados.

**45**

Um dos desafios típicos encontrados na virtualização de sistemas é o compartilhamento eficiente de dados em ambientes com heterogeneidade de sistemas e plataformas de virtualização. Um requisito importante é que o sistema de armazenamento compartilhado ofereça tanto a estrutura para o arranjo físico e lógico de unidades de disco, quanto a interface abstrata para acesso concorrente aos arquivos, facilitando a troca de dados entre diversas máquinas virtuais, independente dos sistemas de arquivos nativos. Um sistema de armazenamento que oferece essa possibilidade é:

- (A) Serial attached SCSI (SAS);
- (B) Network-attached storage (NAS);
- (C) Storage area network (SAN);
- (D) Network File System (NFS);
- (E) Common Internet File System (CIFS).

**46**

As linguagens de programação utilizadas em programação front-end e back-end são, respectivamente:

- (A) Javascript e Java;
- (B) PHP e Javascript;
- (C) Python e Javascript;
- (D) PHP e Java;
- (E) C++ e PHP.

**47**

AJAX é a sigla para Asynchronous JavaScript and XML (XML e JavaScript Assíncronos) e compreende um conjunto de técnicas de desenvolvimento Web interrelacionadas com o objetivo principal de:

- (A) permitir o desenvolvimento seguindo os padrão de projeto MVC (modelo-visão-controle);
- (B) sincronizar sistemas gerenciadores de banco de dados com visões estáticas criadas com PHP;
- (C) criar aplicações Web síncronas, sendo necessário recarregar a página para apresentar novos dados;
- (D) criar aplicações Web assíncronas, que permite atualizar dados de uma página sem que seja necessário recarregá-la;
- (E) integrar serviços Web do tipo REST com barramentos de serviços.

**48**

O protocolo HTTP possui diversos métodos, dentre eles GET e POST. Os tipos de campos de formulário que podem ser enviados apenas por POST ou que devem utilizar esse método por questões de segurança são:

- (A) campos ocultos e de texto;
- (B) campos ocultos e de senha;
- (C) campos de senha e de envio (*upload*) de arquivos;
- (D) campos de senha e de texto;
- (E) campos ocultos e de envio (*upload*) de arquivos.

**49**

A SOA (arquitetura orientada a serviços) prega que as funcionalidades implementadas pela aplicação devem:

- (A) ser disponibilizadas na forma de serviços, que devem estar conectados a uma barramento que disponibiliza interfaces acessíveis por meio de serviços Web;
- (B) estar separadas em dois grupos, um que faz uso intensivo de processamento e outro que faz uso intensivo de disco, como sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBDs);
- (C) prover serviços por meio de implementações altamente acopladas a linguagens de programação, melhorando assim o desempenho na comunicação de sistemas;
- (D) possuir níveis de testes para o serviço em hierarquia, iniciando com testes unitários até testes de comportamento do sistema como um todo;
- (E) estar modelados segundo diagrama de arquitetura da UML.

**50**

A REST (Representational State Transfer, em português Transferência de Estado Representacional) dá ênfase:

- (A) na multiplicidade de representação de recursos, utilizando apenas os métodos padrão do protocolo HTTP (GET, POST, PUT, DELETE, etc);
- (B) na multiplicidade de representação de métodos, utilizando apenas os recursos padrão do protocolo HTTP (GET, POST, PUT, DELETE, etc);
- (C) em utilizar o protocolo SOAP sobre o protocolo HTTP;
- (D) na segurança por meio do protocolo HTTPS 2.0;
- (E) na integração baseada em troca de mensagens assíncronas por meio de web-sockets.

**51**

A função da WSDL (Web Services Description Language - Linguagem de Descrição de Serviços Web) é:

- (A) executar métodos de um serviço SOAP;
- (B) descrever um serviço Web, informando o local do serviço e os métodos expostos por ele;
- (C) descrever os objetos de um Serviço REST;
- (D) linguagem de programação para serviços SOAP;
- (E) linguagem de programação para XML.

**52**

A representação em XML da agenda de uma pessoa em que o telefone do usuários **João** está representado como um **atributo** é:

- (A) <usuario>  
  <nome>Joao</nome>  
  <telefone>5555-5555</telefone>  
</usuario>
- (B) <telefone nome="João">4444-4444</telefone>
- (C) <nome>joão  
  <telefone>3333-3333</telefone>  
</nome>
- (D) <usuario>  
  <nome>João</nome>  
  <atrib>7777-888</atrib>  
</usuario>
- (E) <usuario telefone="9999-9999">  
  <nome>João</nome>  
</usuario>

**53**

Um documento XML precisa ser bem-formatado, ou seja, processável por interpretadores XML e, opcionalmente, ser validado com base em um esquema (XML Schema ou DTD).

Considerando a DTD a seguir, que apresenta um modelo simplificado de representação de processos:

```
<!DOCTYPE processo [
<!ELEMENT sujeitos (juiz, autor+, reu+)>
<!ELEMENT juiz (#PCDATA)>
<!ELEMENT autor (#PCDATA)>
<!ELEMENT reu (#PCDATA)>
]>
```

e os seguintes trechos de documento XML:

I)

```
<processo>
<sujeitos>
 <juiz>Dr. Pedro da Silva</juiz>
 <autor>Fulano de Souza</autor>
 <reu>Cicrano Pereira</reu>
</sujeitos>
</processo>
```

II)

```
<processo>
<sujeitos>
 <autor>Fulano de Souza</autor>
 <reu>Cicrano Pereira</reu>
</sujeitos>
</processo>
```

III)

```
<processo>
<sujeitos>
 <juiz>Dr. Pedro da Silva
 <autor>Fulano de Souza
 <reu>Cicrano Pereira
</sujeitos>
</processo>
```

Os trechos contendo XML mal-formatado, válido e inválido, respectivamente, são:

- (A) I, II e III;
- (B) I, III e II;
- (C) II, I e III;
- (D) III, I e II;
- (E) III, II e I.

## Legislação Institucional

**54**

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

**55**

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

**56**

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

**57**

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

**58**

O Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

**59**

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

**60**

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou despreço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

**61**

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

**62**

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

**63**

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

**64**

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juízes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

## Geografia e História de Rondônia

**65**

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em [www.bbc.co.uk](http://www.bbc.co.uk))

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

**66**

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

**67**

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

**68**

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viçosa, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

**69**

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: *Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais*. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

**70**

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluvio-lacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

Realização

